



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Iala Costa Miranda

A PRESENÇA DAS FUNDAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
AS OLIMPIADAS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Tocantinópolis - TO
2026

Iala Costa Miranda

A PRESENÇA DAS FUNDAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS OLIMPIADAS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Monografia apresentada por Iala Costa Miranda¹ à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS), para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Gomes de Oliveira²

Tocantinópolis- TO
2026

¹ Discente do Curso de Pedagogia, Graduada em Letras, Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia e Direito Público, Professora de Língua Portuguesa pelo Colégio Estadual Dom Orione (CEDO).

² Doutor e Mestre em Educação e graduado em Pedagogia pela UFU. Professor Adjunto e Diretor do Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis (CEHS) na UFNT, onde atua no curso de Pedagogia. Líder do GEPHEM (CNPq) e pesquisador em História da Educação e Marxismo. E-mail: marco.oliveira@ufnt.edu.br

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C838p Costa Miranda, Iala .

A PRESENÇA DAS FUNDAÇÕES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS OLIMPÍADAS
ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA / Iala Costa
Miranda. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde -
CEHS, TO, 2026.

39 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Pedagogia) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

Orientador: Marco Aurélio Gomes de Oliveira.

1. Educação. Neoliberalismo. . 2. Reforma Empresarial da
Educação. Olimpíadas de Língua Portuguesa. . 3. Terceiro
Setor. Autonomia Docente..

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Iala Costa Miranda

A PRESENÇA DAS FUNDAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
AS OLIMPIADAS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS). Foi avaliada para obtenção do título de para obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela orientadora e banca examinadora.

Data da aprovação: 03/07/2026

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Aurélio Gomes de Oliveira (UFNT)

Prof. Dr. Deive Bernardes da Silva (UFNT)

Prof. Dr. Mario Borges Netto (UFU)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo, a Deus, alicerce de todas as minhas conquistas. À minha família, dedico minha profunda gratidão por compreenderem minhas ausências e por jamais desacreditarem da minha capacidade. Um agradecimento imensurável ao meu esposo, que acolheu meus incansáveis desabafos e foi o suporte necessário para que eu não desistisse dos meus sonhos. Ao meu orientador, agradeço pela condução leve e por transformar este processo em uma jornada de constante aprendizado. Às minhas amigas, Andressa, Camila e Janessa, pela parceria inabalável durante os anos de faculdade. Deixo um agradecimento especial àqueles que garantiram o meu caminho: ao Dirceu, que pelas águas nos atravessava, e ao Edson, que pelas estradas nos conduzia. Sem esses personagens, esta formação não seria possível. Meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo busca analisar a influência neoliberal a partir da “ontologia empresarial” na educação básica brasileira, tendo como objeto de estudo o percurso histórico do Programa Escrevendo o Futuro e das Olimpíadas de Língua Portuguesa no período de 2002 a 2021. O objetivo geral é analisar as marcas do gerencialismo na educação brasileira por meio da atuação do Terceiro Setor no Programa Escrevendo o Futuro e nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, investigando os impactos desse modelo na autonomia da escola pública e na garantia do direito à educação. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa a partir de procedimentos bibliográficos e análise documental dos manuais de orientação, cadernos docentes e relatórios oficiais das edições do programa. Os resultados indicam que a parceria com o setor privado, a exemplo do Itaú Social e do Cenpec, o papel do Estado diante das políticas públicas foi reconfigurado. Observou-se, ainda, que as Olimpíadas sugerem uma padronização curricular alinhada à BNCC, transformando o gênero textual em um “produto” neotecnista. Evidenciou-se que esse processo culmina na edição de 2021, marco de uma virada gerencialista na qual o objeto de avaliação desloca-se da produção do estudante para o Relato de Prática do Professor, capturando a subjetividade do trabalhador docente por meio da auditoria de sua performance. Conclui-se que a superação da “pedagogia do resultado” demanda o retorno a uma escola emancipatória, que garanta a autonomia intelectual.

Palavras-chave: Educação. Neoliberalismo. Reforma Empresarial da Educação. Olimpíadas de Língua Portuguesa. Terceiro Setor. Autonomia Docente.

ABSTRACT

This study aims to analyze neoliberal influence—specifically through the lens of "entrepreneurial ontology"—on basic education in Brazil, focusing on the historical trajectory of the *Escrevendo o Futuro* (Writing the Future) Program and the Portuguese Language Olympiads between 2002 and 2021. The general objective is to examine the imprint of managerialism on Brazilian education via the Third Sector's involvement in these initiatives, investigating the model's impact on public school autonomy and the guarantee of the right to education. The methodology employed was qualitative research, utilizing bibliographic procedures and document analysis of guidance manuals, teacher resource booklets, and official reports from the program's various editions. The results indicate that partnerships with the private sector—such as Itaú Social and Cenpec—have reconfigured the State's role regarding public policy. Furthermore, the study observed that the Olympiads suggest a curricular standardization aligned with the BNCC (National Common Curricular Base), transforming the textual genre into a "neo-technicist product." This process was found to culminate in the 2021 edition, marking a shift toward managerialism in which the object of assessment moved from student output to the "Teacher's Practice Report," thereby capturing the teacher's subjectivity through the auditing of their performance. The study concludes that overcoming the "pedagogy of results" requires a return to an emancipatory school model that ensures intellectual autonomy.

Keywords: Education. Neoliberalism. Corporate Reform of Education. Portuguese Language Olympiads. Third Sector. Teaching Autonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A ORIGEM DO ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO LIBERAL AO NEOLIBERAL	12
1.1 A Trajetória do Estado: do Liberalismo Clássico à racionalidade Neoliberal	12
1.2 A Crise do Estado e a Ascensão do Pensamento Neoliberal	14
1.3 Parcerias Público-Privadas e o Terceiro Setor: A Nova Gestão das Políticas Educacionais Brasileiras	18
2. PRESENÇA DO SETOR PRIVADO NO CAMPO EDUCACIONAL: PARTICIPAÇÃO VIA TERCEIRO SETOR (FUNDAÇÕES SOCIAIS, OS, ONGS E OUTRAS FORMAS).	20
2.1 O Terceiro Setor na Educação: Definições Jurídicas e a Lógica da Publicização	20
2.2 A Atuação Social e Política do Setor Privado nas Políticas Educacionais	21
2.3 Mapeamento do Protagonismo Empresarial: Institutos, Fundações e o "Todos pela Educação	22
2.4 A Reforma Empresarial em Prática: BNCC, Padronização e o Neotecnismo	24
3. ANÁLISE DO PROGRAMA ESCRREVENDO O FUTURO E DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA (2002–2021)	26
3.1 A Trajetória do "Escrevendo o Futuro" e a Parceria com o MEC (2002–2008)	26
3.2 Gêneros Textuais como Produtos e a Lógica Neotecnista (2008-2019)	27
3.3 Controle de Performance no Relato de Prática	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

A organização e a função da escola pública brasileira ocorridas nas últimas décadas foram fortemente influenciadas pelas transformações globais, o que acarretou na introdução de uma lógica de mercado na gestão escolar. Nesse sentido, a educação básica tem vivido um acirramento entre assegurar um direito que é universal e atingir os índices de produtividade. O interesse por esta temática se deu ao observar essa realidade no cotidiano escolar, motivada pela minha dupla formação e atuação profissional (enquanto profissional de Letras experiencio de maneira mais íntima como as premiações e avaliações externas têm gerado um esvaziamento da linguagem e a limitação do pensamento crítico a posição em algum ranking. Ligado a isso, a experiência enquanto graduanda e futura Pedagoga fomenta a preocupação com a função gerencial que abarca o ensino público. A partir daí, surge o anseio em investigar sobre como as avaliações externas, programas pedagógicos e premiações atingem o trabalho de professores e o aprendizado dos estudantes.

Este estudo busca investigar de que forma as políticas educacionais brasileiras da contemporaneidade estão imersas na lógica do Terceiro Setor e no pensamento Neoliberal. Para compreender o Terceiro Setor além da sua dimensão jurídica, é necessário recorrer à análise crítica de Carlos Montañó (2002), o autor defende que o conceito de Terceiro Setor opera, na verdade, como uma máscara ideológica do projeto neoliberal. Longe de ser um espaço puramente solidário ou autônomo, ele serve para viabilizar o recuo do Estado na garantia dos direitos sociais. Ao transferir para as organizações civis a responsabilidade por áreas como a educação, o Estado privatiza a execução dos serviços públicos. Esta dinâmica transforma direitos sociais em mérito, despolitizando as exigências da classe trabalhadora e fragmentando o que deveriam ser políticas públicas universais.

O problema desta análise busca compreender: como as Olimpíadas de Língua Portuguesa se transformaram em ferramentas de competição, com intuito de classificar ou não escolas e bater metas, disseminando assim a 'ontologia empresarial'?. Para isso, a pesquisa investiga a relação entre as parcerias público-privadas e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), debatendo de que maneira a busca por cumprimento de metas e produtividade impacta a formação docente e o processo de ensino-aprendizagem.

Para fundamentar tal análise, faz-se necessário resgatar a evolução histórica das teorias de Estado, compreendendo a transição do Liberalismo Clássico e do modelo Keynesianismo para o advento do Neoliberalismo. No campo educacional, essa reconfiguração se manifesta na incorporação de modelos de gestão gerencial pelo setor público, sob o pretexto de assegurar a eficiência e a qualidade do ensino. Essa chamada "reforma empresarial da educação" passa a tratar o conhecimento sob a ótica do mercado, reduzindo o espaço do pensamento crítico em favor de indicadores de produtividade e da formação do chamado "Capital Humano", conceito teorizado por Theodore Schultz (1973) que passa a enxergar as despesas com educação não como direitos sociais, mas como um investimento econômico individual e coletivo.

A aplicação desse enfoque comercial fortalece a competitividade através de avaliações externas e rankings, consolidando as desigualdades sociais e submetendo a instituição escolar ao que a literatura conceitua como uma "ontologia empresarial", onde as instâncias sociais passam a ser administradas à imagem e semelhança de empresas privadas. Segundo Fisher (2018), trata-se de um fenômeno em que a racionalidade de mercado penetra tão profundamente no tecido social que passa a ser vista como a única realidade possível, fazendo com que o trabalho pedagógico seja engolido por metas de produtividade, burocracia corporativa e lógica empresarial. Diante disso, este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender de que maneira as esferas do mercado e as fundações privadas permeiam o espaço público, não apenas por via legislativa, mas também por meio de programas e projetos pedagógicos aparentemente neutros, a exemplo das Olimpíadas Escolares.

Investigar o papel dessas organizações na educação básica torna-se fundamental para observar como as parcerias público-privadas e eventos como a Olimpíada de Língua Portuguesa atuam, em consonância com a BNCC, como instrumentos de controle curricular e direcionamento do trabalho docente. Diante disso, analisar as marcas do gerencialismo na educação brasileira por meio da atuação do Terceiro Setor no Programa Escrevendo o Futuro e nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, investigando os impactos desse modelo na autonomia da escola pública e na garantia do direito à educação. Desse modo, a pesquisa propõe uma reflexão relevante para a UFNT e para a comunidade escolar sobre a autonomia das

escolas públicas frente ao crescimento dos modelos de gestão gerencialistas, analisando se tais processos asseguram o direito à educação ou se apenas reforçam a lógica capitalista.

No intuito de alcançar o propósito geral, o trabalho organiza-se a partir de três objetivos específicos que sustentam a elaboração dos capítulos a seguir. No primeiro capítulo, busca-se discutir a evolução histórica e as bases teóricas do Estado Liberal e Neoliberal, analisando seus impactos na formulação das políticas educacionais brasileiras. O segundo capítulo empenha-se em identificar as formas de participação de entes privados (fundações, institutos e ONGs) na esfera pública, utilizando os conceitos de "reforma empresarial da educação" para entender a transferência de responsabilidades estatais. Por último, o terceiro capítulo investiga o histórico e o funcionamento da Olimpíada, confrontando seus critérios e parcerias com as diretrizes da BNCC, a fim de verificar se o evento promove uma padronização curricular voltada para a competitividade e o gerencialismo.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, cujo foco é a compreensão dos processos ideológicos que regem as políticas educacionais brasileiras. O trabalho divide-se em duas frentes principais, sendo elas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A sustentação teórica está construída a partir de uma revisão bibliográfica sistemática. Apoiada em um cronograma de estudos estabelecido, o trabalho fundamenta-se em autores críticos da relação entre o público e o privado, como Peroni (2009), Adrião (2016) e Freitas (2018), utilizando o método de fichamento e transcrição literal para consolidar os conceitos de Estado Neoliberal, Terceiro Setor e Reforma Empresarial da Educação.

Com a finalidade de analisar a influência neoliberal na prática, foi realizado um levantamento documental qualitativo de caráter exploratório em busca de familiarização e delimitação do tema. O objeto de investigação foi a análise documental dos manuais de orientação, cadernos docentes e relatórios do Programa Escrevendo o Futuro e da Olimpíada de Língua Portuguesa desenvolvidos entre 2002 (origem do programa) até a edição de 2021, disponíveis nos portais oficiais do Ministério da Educação (MEC). O recorte temporal deste trabalho estende-se até a

edição de 2021, marco em que se evidencia uma virada gerencialista histórica(o deslocamento do foco do texto premiado do aluno para a premiação do Relato de Prática do Professor).

As informações coletadas nos documentos foram postas em contraste com a base teórica levantada. O método de análise utilizado foi o analítico-descritivo, visando identificar como expressões como "eficiência", "competitividade" e "metas" (característicos da gestão privada) aparecem nas diretrizes das Olimpíadas. Além disso, os documentos serão colocados em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

1. A ORIGEM DO ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO LIBERAL AO NEOLIBERAL

1.1 A Trajetória do Estado: do Liberalismo Clássico à racionalidade Neoliberal

Antes de analisar o Estado Liberal, é preciso compreender que a instituição do Estado, no geral, é a estrutura organizada que governa um povo dentro de um território a partir de leis. Fundamentado nisso, é necessário considerar as bases do Estado Liberal Clássico, e de que forma serviam para embasar a organização das democracias modernas, para entender de qual forma o pensamento neoliberal influenciou a educação. O Liberalismo surge da necessidade de regular o domínio absoluto do Estado, dessa forma tal doutrina (que possui várias faces, como: política, social, filosófica e a econômica) coloca a propriedade privada e a liberdade individual como princípios fundamentais.

Com base nas discussões de Merquior (1991), o Estado Liberal se consolida como 'Estado Mínimo' na economia, agindo apenas como responsável pela segurança jurídica, permitindo a regulação do mercado a partir da 'mão invisível'. Nesse paradigma, o discurso da meritocracia sustenta a dinâmica da sociedade civil, o estado acredita que os indivíduos podem progredir a partir do seu próprio esforço, sem precisar de auxílio.

Para fins de precisão conceitual, vale recorrer ao *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio, que define o Estado Liberal como aquele que se caracteriza pela limitação dos poderes do Estado e pela reserva de uma esfera de liberdade para o indivíduo frente ao poder político. Segundo essa obra, o liberalismo de Estado pressupõe que a função pública deve ser restrita à proteção dos direitos fundamentais, como a liberdade e a propriedade, evitando interferências na ordem econômica e social (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Para compreender essa origem, e ter entendimento como tudo se iniciou, se faz necessário investigar acerca dos fundamentos de John Locke, Adam Smith e Montesquieu. Locke (precursor do liberalismo, considerado pai do liberalismo), postula que o estado se dá a partir de um contrato social que tem por objetivo a preservação dos direitos naturais, sendo eles: a vida, a liberdade e sobretudo a propriedade privada. Assim, as leis e a democracia surgem para impedir o abuso do Estado fazendo com que atue com imparcialidade. Somado a isso, Montesquieu cria uma nova arquitetura política (os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário), o

que garante que nenhum governante controle de forma absoluta o Estado, o que evita o desrespeito à liberdade individual dos cidadãos.

O Estado Liberal Clássico aparece em diversas camadas da sociedade:

- Econômica: nessa esfera baseia-se na narrativa descrita por Adam Smith, em que o estado se autorregula por meio da chamada 'mão invisível' (laissez-faire), dessa forma o Estado interfere de forma mínima na economia;
- Política: garante que as liberdades civis não sofram violações por parte do poder público;
- Social: prevalece o discurso da meritocracia, que considera que cada ser é responsável pelo seu próprio sucesso;
- Religiosa: coloca-se em primeiro plano a laicidade, nesse sentido o Estado se apresenta como neutro no que se refere a fé, assim a religião não afeta as decisões políticas;
- Educacional: entende-se a educação como uma forma de valorizar o 'capital humano', atuando como uma forma de desenvolvimento cujo objetivo é a competição e o exercício da liberdade de escolha e responsabilização pelas suas decisões.

Por outro lado, com base na discussão de Alexandre Bernardino no artigo “Os fundamentos do Liberalismo Clássico” (2009), a transição para o Estado Neoliberal altera de maneira profunda essa dinâmica original. Enquanto o Liberalismo Clássico buscava limitar o poder político para proteger a liberdade individual, o Neoliberalismo, com base na literatura sociológica e política contemporânea, vai além da mera desregulamentação econômica. De acordo com o *Dicionário de Política* de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), as vertentes mais recentes do pensamento liberal, que fundamentam o neoliberalismo, promove uma redefinição do papel estatal: o Estado deixa de ser apenas o garantidor externo do mercado e passa a agir ativamente para introduzir a lógica de concorrência em todas as esferas da vida social, inclusive nos serviços públicos.

Em relação às Políticas Educacionais, essa configuração de Estado reflete em uma organização escolar em que a prioridade é a formação do ser humano para

a integração no mundo do trabalho por meio da liberdade individual, o grande objetivo é que o cidadão saiba fazer suas próprias escolhas e sustentá-las. A educação, sob a perspectiva liberal, é vista como um instrumento de ascensão social pautado na meritocracia. Esse modelo de Estado acredita que o acesso à educação deve ser oportunizado de maneira que cada indivíduo tenha condições de competir igualmente no mercado de trabalho.

1.2 A Crise do Estado e a Ascensão do Pensamento Neoliberal

Para que se tenha compreensão das reformas contemporâneas da educação brasileira, é necessário entender a mudança do modelo de Estado ao longo do século XX. A mutação do Liberalismo Clássico após a crise de 1929 cedeu lugar ao modelo denominado de Keynesianismo, isso se deu em resultado ao enfraquecimento do *laissez-faire* (deixar fazer) que acreditava que o mercado era capaz de fazer sua autorregulação sem apoio estatal. A denominada Crise de 1929/Grande Depressão, elucidou as fraquezas dessa lógica, gerando, assim, um desmoronamento na Bolsa de Valores de Nova York, o que desencadeou a queda de preços e altas taxas de desemprego como nunca vistas anteriormente. Tal contexto, fez com que os intelectuais da época admitissem que a ‘mão invisível’ de Adam Smith havia falhado em garantir a estabilidade que propunha, demandando uma nova configuração do Estado.

A vertente Keynesianista aparece como um contraponto à incapacidade do Estado de se autorregular sozinho, principalmente após a Crise de 1929. Ao contrário do que se pensa, esse movimento não rompe com o modelo liberal e sim reconfigura-o e passa a denomina-lo de Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social.

Segundo Leonardo e Roberto (2007), no artigo “Estado de Bem-Estar social no Brasil: uma revisão”, essa lógica de Estado entende que o poder público deve interferir para garantir a dignidade e a segurança social, com o intuito de pôr fim às desigualdades afim de assegurar a estabilidade do sistema Capitalista. Tal fenômeno é o que se tem denominado como “espírito de Dunquerque”, que se refere a um compromisso que o Estado assume a responsabilidade pela coesão social de todos. No campo educacional, enquanto o Liberalismo Clássico percebia a educação como algo meritocrático, na perspectiva do capital humano (com objetivo

de competição), o Estado de Bem-Estar Social a traz para uma categoria de direito universal, portanto, passa a ser vista como algo essencial e que deve ser garantida pelo Estado, perdendo assim a categorização de 'algo a ser conquistado pelo esforço individual'. Nesse prisma, a escola passa a ser reconhecida como forma de desenvolvimento nacional e justiça social, deixando a característica de ser um ambiente que seleciona os "melhores".

Em resposta ao caos econômico que havia se instalado, é que ganha forma a tese de John Maynard Keynes. Diferentemente dos liberais, Keynes acreditava que o Estado poderia intervir na Economia em casos pontuais para induzir ao crescimento. O Keynesianismo instituiu que a função social do Estado era: garantir pleno emprego e providenciar serviços básicos (saúde e educação), firmando o que chamou-se de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State).

Este período, compreendido entre 1945 a 1973, ficou conhecido como '30 anos gloriosos'. Ficou marcado como uma época de grande crescimento industrial, aumento do poder de compra por parte da classe trabalhadora, por uma educação vista como investimento para o desenvolvimento nacional. Não via-se o Estado como um 'gasto' e sim como forma de progresso que financiou a qualificação da população.

É fundamental dizer que as mudanças quanto às concepções de Estado não acontecem de forma tão fluida e natural, visto que nenhuma forma de pensar desaparece por inteiro, na verdade, apenas se assume uma nova roupagem a partir do contexto. A partir do colapso do Keynesianismo durante a década de 1970, tendo como ápice a crise do petróleo e a inércia econômica, surge, então, o Neoliberalismo. Ele surge não apenas como uma ruptura total e sim como reconfiguração complexa que requisita que o Estado tenha uma atuação a fim de moldar a sociedade à semelhança do mercado, diferentemente do Liberalismo Clássico que exigia que o Estado mantivesse distância. Nesse contexto, o Neoliberalismo estabelece-se não apenas como uma nova doutrina econômica, mas como uma hegemonia que traz elementos do passado para fazer frente aos desafios da contemporaneidade.

Ideólogos como Friedrich Hayek e Milton Friedman, passaram a ser base teórica para o neoliberalismo, pois defendiam a superioridade do mercado como única maneira possível de garantir a liberdade individual e a eficiência econômica. A intervenção estatal suprema, para esses autores, seria a base da decadência e da

corrupção, pois o Estado estaria fora dos mecanismos de competitividade e controle do mercado. Tendo como base essa percepção, o Estado se retirando da execução direta de serviços sociais, abre-se a possibilidade para que o Terceiro Setor se encarregue de assumir um protagonismo estratégico. Isto porque o mercado é visto como modelo de eficiência, então os institutos privados ganham visibilidade por serem ‘ágeis’ e ‘capazes’ de criar e executar as políticas públicas (SOUZA, 2018). Esse modelo considera a competitividade como ponto central para tudo, desde a gestão pública até a privada, absolutamente tudo deve ser pautado sob a lógica da concorrência e produtividade. Com isso, ganha ainda mais visibilidade o conceito de ‘Capital Humano’ que, conforme a crítica de Gaudêncio Frigotto (2010), consiste na redução da educação e do desenvolvimento humano como um mero fator de produção e acumulação econômica. Sob essa ótica burguesa, parte-se do princípio de que o ser humano deve investir em si mesmo para ter vez diante da lógica mercantil, dessa forma tanto o sucesso quanto o fracasso passa a ser responsabilidade individual. A partir de 1995, com a reestruturação gerencial do Estado brasileiro, essa lógica se aprofunda na medida em que a Teoria do Capital Humano assume contornos neoliberais, exigindo não mais apenas a qualificação formal, mas o empreendedorismo de si e a adaptabilidade do trabalhador. Essa mutação teórica serve de esteio para justificar a retração dos investimentos estatais diretos e a ascensão de parcerias com o Setor Privado. Cria-se, desse modo, o arcabouço político necessário para a entrada expressiva de Fundações Sociais na educação básica, um aspecto fulcral para desvelar as intencionalidades gerenciais por trás de projetos como as Olimpíadas de Língua Portuguesa.

Diferentemente das demais crises, o neoliberalismo não considera que as falhas sejam culpa do sistema capitalista, mas sim do próprio Estado. Consoante ao que aponta Peroni (2009, p.764), para tal corrente, o Estado entrou em crise porque “gastou mais do que podia para se legitimar”, atendendo às requisições por políticas sociais. Nessa perspectiva, o diagnóstico neoliberal diz que: o Estado deve frear seu protagonismo para que o mercado assuma essa posição.

Tal mudança não é unicamente econômica, é também, ideológica e moral. Freitas (2018, p. 15-16) sugere que essa mudança exterminou toda noção de bem comum ou solidariedade:

O progresso foi transformado em seu oposto e registra mais

desigualdades, sofrimentos e violência. A antiga linguagem dos direitos coletivos deu lugar ao discurso dos direitos individuais, e o vocabulário da colaboração e solidariedade foi deslocado pelo discurso do individualismo radical e o ethos áspero da sobrevivência do mais forte. (Freitas, 2018, p. 15-16).

Portanto, o Neoliberalismo instaura o que Mark Fisher (2018, p.35) chama de “ontologia empresarial”, que faz com que a educação deixe de ser um direito social universal e passe a ser um serviço guiado pela eficiência produtiva. Fisher define ontologia como “Ao longo dos últimos trinta anos, o realismo capitalista implantou com sucesso uma ‘ontologia empresarial’, na qual é simplesmente óbvio que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como uma empresa” (FISHER, 2018, p. 35).”

Hodiernamente a aplicabilidade desse conceito pode ser observada quando um professor fica por horas preenchendo relatórios para provar a sua “produtividade” do que, de fato, planejando aulas, isso serve para passar uma boa imagem da escola e da sua eficiência, o que assemelha-se ao gerenciamento de uma empresa. Outro exemplo, é a disputa entre escolas pelos “clientes” (alunos), nesse sentido as Olimpíadas e Projetos criados por fundações privadas funcionam como uma espécie de selo de progresso.

Nesse contexto de transformação estrutural, o Consenso de Washington, 1989³, estabeleceu orientações econômicas que modelaram as reformas de Estado

³ A expressão Consenso de Washington surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o Federal Reserve Board, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional.

Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada.

Embora estabelecidos durante a década de 1980, os dez princípios norteadores do consenso somente começaram a ser aplicados de forma generalizada na América Latina nos anos 1990, com a formulação do Plano Brady, que promoveu a renegociação da dívida externa da região, concedendo descontos limitados sobre o montante e os juros da dívida, mas exigindo como contrapartida a implementação das políticas do consenso. Disponível em: [Consenso de Washington - Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe](#) 18 jun.2026.

nos países da América Latina, sobretudo nos subdesenvolvidos. Sob a ótica de combater a inflação e falta de eficiência fiscal, isso impôs medidas como: desregulamentação financeira, privatização de empresas estatais e a redução dos gastos públicos para com as políticas sociais. No Brasil, tais diretrizes deram sustentação teórica para o distanciamento do papel do Estado como provedor, auxiliando assim o desamparo quanto aos direitos fundamentais (como saúde e educação), sendo o Estado Mínimo quando se trata do social e Máximo ao tratar do capitalismo.

A nova face do Estado brasileiro a partir de 1990, estabeleceu também uma nova forma de gestão das políticas educacionais, que tinha como base a mudança de responsabilidades do setor público para o privado. Contudo, tal mudança não acontece unicamente pela ‘venda de escolas’, mas sobretudo, pelo crescimento do terceiro setor como um parceiro do Estado. Dessa forma, instituições sem fins lucrativos, fundações e institutos empresariais passam a elaborar as diretrizes educacionais, se utilizando da visão da competitividade e eficiência, que são qualidades típicas da gestão empresarial.

Nesse sentido, as políticas educacionais passam a ser tratadas como ‘produtos’ e viram alvo de consensos entre organizações privadas e o governo, sendo que antes eram propostas por profissionais da educação e órgãos estatais. O terceiro setor atua como uma espécie de mentor das reformas, estipulando o que deve ou não ser ensinado. Essa ‘sociedade’ (no sentido de parceria), faz com que a escola passe a incorporar o pensamento empresarial, que mensura o sucesso educacional a partir de índices de desempenho, camuflando, dessa forma, as desigualdades e injustiças sociais que estão presentes no ensino brasileiro.

1.3 Parcerias Público-Privadas e o Terceiro Setor: A Nova Gestão das Políticas Educacionais Brasileiras

Idealizada pelo sociólogo Anthony Giddens (1999) e admitida politicamente por importantes líderes como Tony Blair no Reino Unido, a Terceira Via surgiu na década de 1990 com o objetivo de tentar conciliar tanto os pontos fortes do mercado quanto a preocupação social. A ideia tinha como propósito superar a lógica de Estado Protetor e, também, o Neoliberalismo Radical. Com base em Giddens, o Estado deveria atuar como facilitador e não como gerenciador, portanto o ideal seria

investir em capacitação humana (a lógica do Capital Humano) e transferir a execução dos serviços sociais para o Terceiro Setor. No plano jurídico e administrativo brasileiro, esse modelo se consolidou a partir da Reforma do Estado de 1995, fundamentando-se no conceito de "publicização", que prevê a transferência da execução de serviços não exclusivos (como saúde e educação) para o Terceiro Setor. Essa configuração prevê uma "modernização" da gestão pública, que traduzindo retira o Estado da realização direta das políticas sociais, e repassa essa tarefa para o Terceiro Setor/Sociedade Civil.

Peroni (2009) argumenta que, mesmo que Neoliberalismo e Terceira Via se pareçam distintos, ambos confluem no diagnóstico de que o Estado é inoperante. A diferença está na estratégia: enquanto o Neoliberalismo privatiza, a Terceira Via busca "cooperação/parceria". Esse movimento de remodelação administrativa, conduzido por Luiz Carlos Bresser-Pereira, no governo FHC, surgiu como uma resposta à crise fiscal e ao esgotamento do modelo burocrático tradicional. Conforme o próprio Bresser-Pereira (1998) aponta nas bases da Reforma Gerencial, a finalidade era munir o Estado de maior governança e eficiência, transferindo serviços sociais e científicos para o setor público não-estatal através de novos mecanismos de controle por resultados. Dessa forma, estabelece-se o processo de publicização, que segundo o Plano de Reforma de Bresser-Pereira, constitui-se na transferência de serviços sociais, como escolas e hospitais, para organizações de direito privado, sem fins lucrativos (Bresser Pereira, 1998 apud Peroni, 2009).

Esse raciocínio cria uma separação arriscada entre o político e o econômico. Como observa Peroni (2009, p.766), as lutas pelos direitos adquiridos na Constituição de 1988 proporcionaram o que chama-se de "naturalização do possível". Ou seja, sob a ótica de que o Estado está em crise, é aceitável que Fundações e Institutos (Instituições Privadas) gerenciem o que deveria ser público.

Seguindo essa linha de pensamento, o financiamento público passa a ser direcionado para o setor privado direta ou indiretamente. Como aborda Pinto (2016, p. 146), sob o discurso da democratização e da crise de gestão, recursos públicos são destinados a instituições lucrativas "sem que elas tenham qualquer responsabilidade", o que traz um cenário onde o ônus/obrigação qualidade e do pagamento recai sobre a sociedade e os estudantes, enquanto o capital especulativo busca novas oportunidades de negócio.

2. PRESENÇA DO SETOR PRIVADO NO CAMPO EDUCACIONAL: PARTICIPAÇÃO VIA TERCEIRO SETOR (FUNDAÇÕES SOCIAIS, OS, ONGS E OUTRAS FORMAS).

2.1 O Terceiro Setor na Educação: Definições Jurídicas e a Lógica da Publicização

A modernização do Estado brasileiro, firmada a partir da década de 1990 adotou o que chamamos de “administração pública gerencial” como possibilidade ao modelo tradicional, evidenciando a eficiência na agilidade e no controle por resultados. No centro dessa transformação tem-se o conceito de **publicização**, que é a transferência da execução de serviços como saúde e educação (serviços sociais), do aparelho estatal para o setor público não-estatal, representado pelo Terceiro Setor. Em consonância com Peroni (2009), essa reconfiguração redefine o limite entre público e o privado, fazendo com que o Estado se retire da execução direta para atuar como financiador e regulador.

A partir da visão jurídica, o Terceiro Setor no Brasil não é formado por uma única categoria, mas por um conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos que executam atividades de interesse público. Por meio da Reforma do Estado de 1995, é que tal atuação se constituiu criando entidades específicas para as parcerias com o poder público. Dentre as principais, tem-se:

- Organizações Sociais (OS): regimentadas pela lei nº 9.637/1998, essas entidades recebem uma “qualificação” do Estado para assumir serviços públicos, tornando possível o repasse de recursos e bens públicos desde que sejam apresentados contratos de gestão;
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): regulamentadas pela lei nº 9.790/1999, atuam a partir de Termo de Parceria e têm regras acerca de transparência mais rigorosas;
- Fundações Privadas: são instituições criadas a partir de ativos consignados para um fim específico (exemplo; Fundação Itaú Social), orientadas pelo Código Civil e fiscalizadas pelo Ministério Público.
- Organizações Não Governamentais/Organizações da Sociedade Civil

(ONGs/OSCs): se enquadram no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, lei nº 13.019/2014, institui normas para termos de colaboração e fomento entre Estado e Sociedade Civil.

A diferenciação jurídica entre essas organizações é imprescindível para compreender como as Fundações Sociais adentram na Educação (vale ressaltar que elas não são “Estado” porém possuem base legal para gerir e influenciar sob a lógica mercantil as políticas públicas).

Por esse ângulo, o Estado adota ferramentas do setor privado, por exemplo: contratos de gestão e indicadores de desempenho, para aferir seu relacionamento com as organizações sociais. Todavia, o impasse reside no fato de essa “modernização” mascarar a desresponsabilização estatal, sendo assim a garantia de direitos universais é alterada pela lógica de parceria que foca na execução técnica em detrimento da participação política.

Com base em Peroni (2009), tal democratização por meio da Terceira Via é paradoxal, isto porque diminui a participação da sociedade civil ao papel de apenas executora de comandos que antes eram papel/dever do Estado. Ao dividir o Econômico do Político, tem-se um esvaziamento da democracia enquanto luta de direitos sociais, fazendo-a mera “naturalização do possível”. Assim, o Estado se limita ao repasse de financiamento e avaliação de resultados enquanto o papel de gerenciar a escassez e focalizar as políticas nos mais vulneráveis recai sobre a sociedade civil.

2.2 A Atuação Social e Política do Setor Privado nas Políticas Educacionais

O percurso histórico da educação brasileira é permeado por um padrão sistemático de apoio ao setor privado por meio de recursos públicos. Pinto (2016) diz que, desde a Ditadura Militar, houve uma estratégia de abranger o acesso à escola pública, isso acompanhado de uma precariedade planejada no que tange às condições de oferta e na desvalorização do magistério. Essa conjuntura deu espaço para o crescimento de um mercado de ensino privado e voltado para a classe média, fortalecido por despesas operacionais/impostos e bolsas de estudo que desviam o dinheiro público para o lucro de corporações.

Hodiernamente, essa venda/mercantilização ganha forças através de programas como FIES e ProUni, que sob a ilusão da “democratização do acesso”,

se articulam como estratégia de resgate para o setor privado lucrar com vagas ociosas em instituições de qualidade suspeita. Pinto (2016) alerta sobre o perigo dessas transferências, ele diz que, caso esses recursos fossem investidos na expansão da rede pública, os resultados seriam bem melhores e de uma qualidade muito maior. Dessa forma, os grandes empresários ficam com o lucro enquanto o estudante arca com a dívida e com a consequência de ter tido uma educação de baixa qualidade.

Diante desse processo, o direito à educação como prevê a Constituição Federal de 1988 é transformado em mercadoria e é negociável, tal fenômeno é identificado por Nunes (2023) como a invasão da subjetividade mercantil no cotidiano escolar. A comercialização de Sistemas Privados de Ensino (SPE) para prefeituras é o exemplo mais prático desse desvio, empresas como Pearson, Santillana e Positivo vendem pacotes que vão de softwares até apostilas. Como demonstrado por Adrião et al (2016), tais sistemas muito raramente passam por aferição de controle de qualidade, o que ameaça a autonomia pedagógica dos municípios e transforma a verba educacional em lucro para corporações econômicas.

2.3 Mapeamento do Protagonismo Empresarial: Institutos, Fundações e o "Todos pela Educação"

A entrada de fundações privadas nas redes públicas altera de forma significativa a configuração escolar, inserindo o que se conhece como Neotecnicismo. Tal conceito baseia-se na reatualização da pedagogia tecnicista (antes focada na eficiência e na racionalidade fabril), agora adaptada à lógica do gerencialismo empresarial contemporâneo.

Na escola, o Neotecnicismo se caracteriza pela centralidade nas avaliações em larga escala, na busca incessante por metas produtivistas e na padronização curricular, transformando a gestão educacional em um reflexo da administração corporativa. Para entender esse mapeamento, se faz necessário observar a atuação de alianças como o movimento "Todos pela Educação" e o "Movimento pela Base".

O movimento Todos Pela Educação (TPE)⁴, foi fundado em 2006 por

⁴ Para mais informações, acesse: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Disponível em: 15 jun.2026

empresários e instituições privadas (como Itaú⁵ e Fundação Lemann⁶), sua finalidade é orientar as políticas educacionais baseando-se em métricas corporativas, esse movimento defende veementemente a cultura da eficiência e avaliação de resultados.

Já o Movimento Pela Base (MPB)⁷ é uma rede fundada em 2013, formada por gestores e fundações empresariais, seu grande objetivo foi a formulação e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atualmente o seu foco tem sido o monitoramento da implementação da Base nos estados. Essas organizações atuam como um intelectual comunitário do mercado, que além de financiar os projetos também dita as metas de qualidade (IDEB) e o currículo nacional.

Institutos como Ayrton Senna⁸, a Fundação Lemann e o Instituto Unibanco⁹ passam a protagonizar a formulação de políticas educacionais, para isso se utilizam de tecnologias digitais com o propósito de dominar e padronizar o trabalho docente. O professor, que antes era visto como um intelectual, deixa esse papel e assume apenas o de executor de tarefas padronizadas por esses institutos, trabalhando agora em função de premiações, gerando uma precarização da classe.

A partir da leitura de Laval (2019), a escola sofre a “ontologia empresarial”, onde é naturalizado que TUDO seja visto/administrado como um negócio. Freitas (2018) adverte que essa visão de mercado não permite “meia privatização”, o fato de transferir a gestão para ONGs (Organizações Sociais) retira as escolas do controle público e as insere em novas maneiras de controle, agora ideológicas. Tem-se como resultado a destruição da gestão dita democrática, que passa a ser substituída pelo gerencialismo que trata o estudante como cliente e o professor como mão de obra.

Depreende-se que o avanço do setor privado na educação brasileira aponta para a busca de uma hegemonia no campo educacional. Mais do que uma simples expansão comercial, esse processo visa induzir as diretrizes pedagógicas e de gestão, alinhando a organização da escola pública e o trabalho docente aos imperativos e às demandas do mercado globalizado. O projeto da reforma empresarial é a substituição de um direito social por um sistema de vouchers e terceirização. Em um sistema de educação cujo princípio é a concorrência e a

⁵ Para mais informações, acesse: <https://www.fundacaoitau.org.br/>. Disponível em: 15 jun.2026

⁶ Para mais informações, acesse: <https://fundacaolemann.org.br/>. Disponível em: 15 jun.2026

⁷ Para mais informações, acesse: <https://movimentopelabase.org.br/>. Disponível em: 15 jun.2026

⁸ Para mais informações, acesse: <https://institutoayrtonsenna.org.br/>. Disponível em: 15 jun.2026

⁹ Para mais informações, acesse: <https://www.institutounibanco.org.br/>. Disponível em: 15 jun.2026

competição, sempre haverá perdedores, ferindo o princípio básico de que na educação todos devem ser ganhadores, como aborda Freitas (2018, p. 28-130):

E esta é uma razão que deveria ser suficiente para nos afastarmos dessas concepções de sociedade (e de educação) [...] tendo assumido tal darwinismo social no âmbito da sociedade, justificando-o pela sobrevivência do indivíduo mais forte na concorrência do livre mercado, quer agora levá-lo para as escolas [...] Em educação não pode haver perdedores, só pode haver ganhadores.

2.4 A Reforma Empresarial em Prática: BNCC, Padronização e o Neotecnicismo

A persuasão do setor empresarial tem buscado a conversão da escola pública em uma filial do mercado, trabalhando sob o que Freitas (2018) denomina de “reforma empresarial da educação”. Este paradigma traz a ideia de “darwinismo social” no ambiente escolar, lugar onde a sobrevivência do “mais forte” é concebida como algo natural. Surgido no século XIX a partir das teses de Herbert Spencer, o darwinismo social consiste na aplicação distorcida das leis da evolução biológica e da seleção natural de Charles Darwin às sociedades humanas, justificando que a competição extrema e as desigualdades sociais são mecanismos justos de progresso, onde os indivíduos e instituições menos preparados devem ser naturalmente eliminados.

Por essa lógica, as escolas que não alcançam metas definidas acabam sendo punidas com o fechamento ou terceirização, e os docentes são subordinados a regimes que ignoram as peculiaridades sociais do ensino, isso faz com que a qualidade educacional seja reduzida a índices estatísticos de aprovação em testes.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta-se, na sua introdução, como um documento normativo que é responsável por estabelecer aprendizagens essenciais e progressivas que todos os estudantes têm direito de desenvolver. A justificativa para isso, conforme o documento, é a necessidade de garantir uma equidade e igualdade dos conteúdos oficiais propostos para o sistema de ensino brasileiro. Contudo, essa concepção dialoga diretamente com o direcionamento de órgãos multilaterais e globais como a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁰, tais orientações sustentam a lógica de uma educação direcionada para o desenvolvimento de competências e habilidades que busquem atender às especificidades socioeconômicas atuais.

Por trás do discurso de “universalização” dos conteúdos, a BNCC atua como uma maneira de padronização que impulsiona a comercialização de produtos educacionais. Ao criar um currículo engessado, o Estado abre espaço para que as Fundações passem a comercializar materiais didáticos uniformes como softwares e livros didáticos. Com base nisso, destaca Hypolito (2021), essa uniformização curricular retira o protagonismo pedagógico do docente e volta a visão de mundo para a lógica da produção industrial, cujo conhecimento é fragmentado e decomposto para tornar-se puramente “consumível” e “avaliável” a partir de plataformas digitais.

Tal reforma tem como intuito formar sujeitos adaptáveis às demandas do mercado, denominados como o 'novo homem': um ser resiliente, capaz de suportar crises e 'empreendedor de si mesmo'. Conforme aponta Laval (2019), sob essa lógica, a escola deixa de ser um espaço de transmissão de conhecimentos culturais universais e passa a ser um lugar de produção de capital humano para a competitividade. O estudante é conduzido a enxergar o estudo apenas como uma ferramenta de valorização pessoal no mercado, e o conhecimento é reduzido a competências socioemocionais úteis à produtividade empresarial. Desse modo, a educação básica reduz-se a um treinamento técnico que desencoraja o pensamento crítico, fortalecendo a desigualdade social.

A inserção dos grupos empresariais na educação básica não se dá unicamente pela venda de materiais, mas pela imposição de um modelo de gestão gerencial. Adrião et al. (2016) evidenciam que a utilização de Sistemas Privados de Ensino (SPE) e outras parceiras afasta a autonomia dos municípios e uniformiza o currículo em prol da produtividade e do lucro.

A conduta de grupos como Pearson, Santillana e Grupo Objetivo (Adrião et al., 2016) demonstra que a educação básica passou a ser uma porção de mercado

¹⁰ A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é uma agência especializada da ONU, fundada em 1945, com o objetivo de garantir a paz mundial por meio da cooperação internacional em educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, cultura, comunicação e informação. Para mais informações, acesse: <https://www.unesco.org/en>. Disponível em: 15 jun.2026

rentável. O impasse está no fato de que esses sistemas privados não passam por processos de controle de qualidade governamental, como é o caso dos materiais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Dessa maneira, a tomada de decisão pela compra desses sistemas, por vezes, tem ignorado as equipes pedagógicas e os Conselhos Municipais de Educação, ameaçando a maleabilidade do ensino às demandas locais.

Esse modelo de “reforma empresarial” pretende transformar a escola em um espelho da empresa. Para Freitas (2018, p.28), essa ótica social alicerça alternativas que tratam o ensino como uma linha de montagem:

Pensando a escola como uma “empresa”, as escolas de menor qualidade devem sucumbir às de maior qualidade, sendo fechadas; os estudantes de menor desempenho devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo barrados em sucessivos testes; os professores de menor qualidade devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo demitidos. (Freitas, 2018, p. 28).

Essa coerência empresarial ganha forças a partir de discursos que comparam o sucesso escolar ao sucesso industrial. Freitas (2018) resgata a fala de Rod Paige, ex-secretário de educação estadunidense, que afirmava que as escolas não sobreviveriam à competição se não houvesse ênfase nos resultados, funcionando exatamente como um negócio. Essa compulsão pela medição da qualidade e pelo desempenho individualizado legitima a implementação de rankings e prêmios.

Assim sendo, a educação passa a ser norteadada pela competitividade e pelo “darwinismo social”. Se o mundo é considerado um livre mercado, a escola, por sua vez, deve preparar o estudante para “competir” e sobreviver, desconsiderando qualquer panorama de reconfiguração social. É nesse contexto de supervalorização de resultados, que se inserem projetos como as Olimpíadas Escolares, as quais serão analisadas adiante como instrumentos de incitação da lógica neoliberal.

3. ANÁLISE DO PROGRAMA ESCRREVENDO O FUTURO E DA OLIMPÍADA DE LÍNGUA PORTUGUESA (2002–2021)

3.1 A Trajetória do "Escrevendo o Futuro" e a Parceria com o MEC (2002–2008)

O itinerário das Olimpíadas Escolares de Língua Portuguesa no Brasil serve como exemplo de como o limite entre o público e o privado se associam na educação, assim como aponta Peroni (2009). O Projeto Escrevendo o Futuro não nasceu a partir de uma demanda do governo ou de professores, ele surge em 2002 como uma iniciativa totalmente privada que se denominava Programa “Escrevendo o Futuro”, criada pela Fundação Itaú Social em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

Essa origem relacionada a um importante banco reflete a lógica neoliberal e da Terceira Via, que acredita que o Estado, isolado, não é capaz de gerenciar e melhorar a educação pública. Segundo Anthony Giddens (1999), o papel do governo foi alterado, sendo assim, o Estado torna-se um “facilitador” no que tange ao oferecimento de serviços públicos e não mais o único responsável por isso. Empiricamente, isso significa deslocar a execução de áreas como a Educação Básica para o Terceiro Setor e Organizações da sociedade civil.

Nessa perspectiva, a transição que ocorreu no ano de 2008, quando o Programa Escrevendo o Futuro passa a ser oficialmente apoiado pelo Ministério da Educação (MEC) e convertido em “Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro”, o que evidencia o auge da reforma gerencial de Bresseriana concebida a partir de 1995 no Brasil. Com base no que acredita Luiz Carlos Bresser-Pereira (1998), a remodelação da administração pública sustenta-se no princípio da publicização, isto é, na transferência de serviços sociais para o setor público não-estatal, sob a justificativa de se ter dinamismo, flexibilidade corporativa e eficiência no diz respeito aos bens públicos.

A partir da validação, financiamento e adoção de proposta pedagógica idealizada por um banco, o MEC faz aquilo que Peroni (2009) chama de “naturalização do possível”. Nesse sentido, a sociedade passa a naturalizar o discurso de que existe uma defasagem no que tange ao ensino público e assim aceitam que as instituições privadas assumam o papel de mentoras das reformas educacionais, definindo, assim, os currículos e conteúdos a serem ensinados. A partir disso, como afirma Pinto (2016), tem-se um paradoxo: o governo investe recursos volumosos em projetos de instituições privadas, ao passo que deixa de investir na estrutura básica das escolas públicas.

Desse modo, o governo ao validar o programa, em 2008, consolida aquilo que Mark Fisher (2018) denomina de “ontologia empresarial”, ou seja, tudo passa a funcionar sob a lógica mercantil. Por trás da ideia da “neutralidade” de um projeto de incentivo à leitura e à escrita, tem-se na verdade, a incorporação de regras de mercado, como o controle de metas, eficiência produtiva e a competitividade a partir do mérito. Isso, na verdade, resulta mais adiante na perda de autonomia docente intelectual e profissional.

3.2 Gêneros Textuais como Produtos e a Lógica Neotecnicista (2008-2019)

No intervalo de tempo entre os anos 2008 a 2019, a OLP atingiu um alcance ainda maior compreendendo toda a rede pública de ensino do país. O programa usou a estratégia de distribuição de materiais didáticos hipertextuais, a partir dos chamados Cadernos Docentes, que continham sequências pedagógicas de oficinas focadas nos gêneros: Memórias Literárias, Crônica, Poema e Artigo de Opinião, isso se dava a partir do discurso de democratização da escrita e do apoio aos docentes, que escondia, na verdade, uma lógica uniformista e controladora de resultados, alinhando-se perfeitamente ao neotecnicismo e a racionalidade gerencialista explicada por Freitas (2012).

Ao indicar previamente cada etapa da sequência didática nas oficinas, o programa acaba esvaziando a autonomia intelectual e criativa do professor, nesse cenário ele já não atua como um formulador do currículo e sim como um mero aplicador de atividades pedagógicas pré-definidas pelo Terceiro Setor. Tal fenômeno traz à tona características do tecnicismo, mas com uma nova configuração denominada de: neotecnicismo. Saviani (2013) aponta que, enquanto o tecnicismo tradicional dos anos 1970 tinha como foco a burocratização e a produtividade fabril, o neotecnicismo desloca para a escola a lógica mercantil, cuja a qualidade passa a ser medida por avaliações de larga escala, índices de desempenho e eficiência no cumprimento de metas preestabelecidas.

A materialização do neotecnicismo pedagógico na Olimpíada de Língua Portuguesa evidencia-se na fragmentação e sequenciamento de suas diretrizes. O trabalho com o gênero lírico deixa de considerar a imprevisibilidade do fazer artístico e passa a ser condicionado por uma engenharia didática cansativa, dividida em "oficinas" com etapas, horário e materiais predeterminados. Sob a ótica de Saviani (2013), essa racionalidade operacional transfere o eixo da criação docente para a execução de pacotes de ensino pré-fabricados. O professor é transformado em um gerenciador de processos fabris, cujo sucesso é medido pela capacidade de guiar a turma ao longo de uma linha de montagem textual capaz de gerar o produto idealizado pelos avaliadores do programa, como ilustra a Figura 1 a seguir:

Figura 1

The image shows a page from a teacher's manual. At the top, there is a section titled 'Material' with a list of items: 'Folhas de papel kraft ou de cartolina', 'Canetas hidrográficas coloridas e fita crepe', 'Mural ou varal para fixar ou pendurar cartazes e textos', and 'Caderno (será seu Diário da Olimpíada)'. Below this is a section titled '1ª etapa' followed by 'Memória de versos dos alunos'. To the left of the activities is a vertical label 'Atividades'. The activities are listed with blue circular icons: 1. Discovering what students and the community already know about poems to expand their repertoire. 2. Initially, talking to students about poetry, asking if they know any poems, like them or not, and why. 3. Verifying if they already know any poems or just excerpts, and having them register on paper to pin to the mural.

Material

- ▶ Folhas de papel kraft ou de cartolina
- ▶ Canetas hidrográficas coloridas e fita crepe
- ▶ Mural ou varal para fixar ou pendurar cartazes e textos
- ▶ Caderno (será seu Diário da Olimpíada)

1ª etapa

Memória de versos dos alunos

Atividades

- ▶ O objetivo é descobrir o que seus alunos e as pessoas da comunidade já conhecem sobre poemas para levá-los a ampliar o repertório deles. Se a maioria conhece poemas infantis, vamos apresentar alguns clássicos. Se conhecerem os grandes poetas, vamos lhes propor poemas populares. O levantamento do repertório serve, portanto, para que cada professor saiba quais pontos do trabalho devem ser mais enfatizados, de modo que os alunos possam compreender e apreciar mais e melhor os poemas.
- ▶ Inicialmente, converse com os alunos sobre poesia, procurando saber se conhecem alguns poemas, se gostam ou não de poesia e por quê. Esse pode ser um ponto de partida para a compreensão das características do gênero.
- ▶ Se verificar que já conhecem alguns poemas ou apenas trechos deles, peça que os registrem no papel para afixá-los no mural.

26
poetas da escola

Diante disso, o aluno acaba se tornando uma mercadoria, deixando a autenticidade de lado para ser um “produto” final moldado para atender a uma lógica de atendimento das exigências de avaliações externas. Na prática, as oficinas funcionam como uma espécie de padronização, nesse viés o estudante precisa dominar as regras de escrita não para ter conhecimento de mundo e sim para atender aos critérios exigidos pelas bancas avaliadoras. Assim, escrever deixa de ser uma expressão humana e profunda, passando a ser reduzido a uma mercadoria de competição.

Essa forma de usar o conhecimento dialoga com a crítica feita por Laval (2019) sobre a “escola de resultados”. A maneira de divisão das etapas das Olimpíadas (escolar, municipal, estadual e nacional) atende mais uma vez a lógica de competitividade de mercado, em que as empresas disputam entre si. Outra situação que reforça isso é a premiação feita a partir de medalhas, computadores, tablets, etc) que alimenta a ideia do esforço individual e a meritocracia. Dessa forma, em vez do Estado se responsabilizar pelas boas condições escolares, ele transfere essa responsabilidade para cada indivíduo e estes passam a ser encarregados pelo seu próprio sucesso ou não.

Desse modo, entre os anos de 2008 e 2019, a Olimpíada foi um canal importante para disseminar a lógica empresarial dentro das unidades escolares. Esse programa conseguiu fazer com que as redes de ensino respondessem com eficiência as exigências estabelecidas pelo mercado, ao converter a produção escrita em um produto que fosse submetido a classificação em rankings. Nesse sentido, o programa preparou a comunidade escolar para receber as padronizações que se estabeleceram com a BNCC posteriormente em 2017.

3.3 Controle de Performance no Relato de Prática

Em 2021, a Olimpíada de Língua Portuguesa passou por uma significativa mudança na sua estrutura. Os impactos ocasionados pela pandemia do Covid-19 serviram de justificativa para alinhar a OLP a recém aprovada BNCC (que ganhou forças a partir de movimentos feitos por grupos empresariais, a exemplo do Movimento pela Base), nesse sentido a 7ª edição passou por uma alteração no seu formato de competição. A grande reconfiguração se deu ao não haver mais a concorrência individual dos textos dos estudantes na etapa nacional, agora passou a ser o Relato de Prática do Professor, que por sua vez deveria ser acompanhado por uma linha do tempo mostrando tudo o que foi feito em conjunto com a turma.

Essa mudança de metodologia, mostra na prática o que Mark Fisher (2018) intitula de “ontologia empresarial”. No atual modelo capitalista, o controle de mercado não se contenta em apenas avaliar o produto, ele quer além disso, quer ter o controle da forma como é produzido, controlando até a forma de pensar dos cidadãos. Nesse sentido, o professor deixa de ocupar a função de mediador do conhecimento passando a ser um gestor de si mesmo, e o Relato de Prática torna isso ainda mais evidente, fazendo com que o professor se desdobre em vários personagens, registre seu trabalho a partir de fotos, preencha relatórios e faça de tudo para que a sua aula seja a mais “eficiente”, assim como ocorre na prestação de serviços de uma empresa pautada em metas.

Tal modelo faz com que o docente prenda a burocracia à cobrança de resultados (o neotecnismo de Freitas, 2012). O relatório de prática produzido pelo professor não se configura como uma reflexão sobre os reais problemas enfrentados no cotidiano escolar. Na verdade, ele vira um instrumento de prestação de contas onde o professor deve provar que seguiu direitinho as regras sugeridas pelo programa e aplicou as Competências Socioemocionais indicadas pela BNCC. Com isso, a escrita do docente é dominada pela lógica do mercado, alinhando-se àquilo que Laval (2019) chama de internalização das regras de concorrência e produtividade na mente do trabalhador.

Essa mudança se enraizou e permaneceu nas edições seguintes. Observando os últimos materiais de cunho formativo do Programa Escrevendo o

Futuro como o manual, “A produção textual do relato de prática”, escrito por Margarete Schlatter e Pedro Garcez (2024), é possível perceber que o foco é o mesmo: controlar a escrita performática do professor. O docente é treinado exageradamente para que produza relatórios atrativos para as bancas avaliadoras.

Em suma, a edição de 2021 deixou ainda mais evidente como as Fundações exercem controle sobre a prática docente na escola pública brasileira. Para além do discurso de valorizar o professor a partir do seu relato, o MEC e as instituições privadas criam uma forma ainda mais refinada de vigilância. Nesse viés, a Olimpíada atende perfeitamente a lógica neoliberal, visto que esse processo esvazia a função social e crítica da escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs-se a responder de que maneira a atuação do Terceiro Setor, materializada no percurso histórico do Programa Escrevendo o Futuro e das Olimpíadas de Língua Portuguesa, reflete marcas de gerencialismo e da reforma empresarial na educação básica brasileira. Ao término deste percurso analítico e documental, constata-se que a problemática central foi respondida e que os objetivos geral e específicos delineados na introdução foram alcançados.

Em primeiro lugar, o objetivo de investigar a origem e a privatização do programa (2002–2008) revelou que a legitimação de tecnologias educacionais concebidas por instituições do capital financeiro, como a Fundação Itaú Social e o Cenpec, opera uma sutil reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado. A absorção desse projeto pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008 não se deu por neutralidade pedagógica, mas sim sob a lógica da eficiência e da publicização gerencial. Tendo como base teoria de Peroni (2009) e Bresser-Pereira (1998), essa transição exemplifica como o Estado se desresponsabiliza de suas funções exclusivas, validando pacotes formativos privados na rede pública em nome de uma suposta modernização administrativa.

Além disso, examinar o crescimento da Olimpíada de 2008 a 2019 permitiu tirar a máscara de “inovação” das oficinas pedagógicas. Ficou evidente que o programa seguiu um modelo neotecnista, transformando o conhecimento em uma

ferramenta mecânica e as redações dos alunos em mercadorias sem vida, feitas apenas para o mercado de notas. Como apontam Saviani (2013) e Freitas (2012), a escrita dos estudantes foi engessada em tabelas de correção vindas de fora para alimentar uma disputa de rankings entre as escolas. Na prática, o governo trocou o investimento real nos salários dos professores e na estrutura das salas de aula por uma falsa meritocracia que joga a responsabilidade do sucesso apenas no esforço de cada indivíduo.

Por fim, o terceiro objetivo, focado na mudança metodológica ocorrida a partir da edição de 2021, permitiu diagnosticar o auge da manifestação da “ontologia empresarial” descrita por Mark Fisher (2018) na escola pública. A substituição da avaliação do texto do aluno pelo julgamento do Relato de Prática do Professor deslocou os mecanismos de controle diretamente para a subjetividade do trabalhador docente. Pautado pelas competências padronizadas da BNCC, o professor foi empurrado a atuar como um gestor de metas e de indicadores de sua própria performance.

Desse modo, a conclusão central deste estudo reside no entendimento de que a Olimpíada de Língua Portuguesa atua como um eficiente instrumento ideológico e prático do capitalismo atual dentro do sistema educacional. Por trás de um discurso técnico e humanitário de incentivo à escrita, a parceria entre o Estado e o setor empresarial domina o trabalho do professor e alinha as instituições de ensino às exigências de produtividade do mercado. Sem a pretensão de esgotar o assunto, esta investigação aponta para a necessidade de pesquisas futuras, seja em pós-graduação ou até mesmo em formações continuadas promovidas pelas redes públicas de ensino, que investiguem os impactos contínuos dessa gestão empresarial. Afinal, romper com a lógica da “escola de resultados” é um passo obrigatório para construir uma escola pública de fato democrática, libertadora e que resgate a função do professor como um intelectual crítico.

Enquanto profissional de Letras, fico profundamente reflexiva no que tange ao esvaziamento da linguagem. Algo que deveria ser sinônimo de liberdade tem-se transformado cada vez mais para atender a lógica mercantil. A limitação do pensamento crítico a posições em rankings também é algo que me entristece enquanto profissional da área. Já enquanto, futura Pedagoga preocupo-me com a

função gerencial que vem sendo instaurada dentro dos espaços educacionais, mas sigo comprometida em atuar para que a emancipação ocorra, de fato.

Hoje, contudo, após a imersão crítica nas bases teóricas que fundamentam a reforma empresarial da educação, compreendo as Olimpíadas diferentemente do que pensava antes. Percebo que, por trás da fachada de "valorização da escrita estudantil e docente", esconde-se um sofisticado laboratório de teste e disseminação da agenda neoliberal. A "neutralidade" técnica do programa revelou-se, portanto, como um poderoso instrumento de enquadramento curricular e controle do trabalho docente.

Em contraposição à "ontologia empresarial" que encolhe o sujeito a um mero consumidor/competidor, a educação deve ser entendida como uma forma de construção e emancipação da autonomia. Diferentemente de como ocorre na lógica neoliberal, em que a qualidade de vida dá-se pelo consumo, na perspectiva crítica a qualidade de vida está inerente à possibilidade do ser humano compreender e mudar sua realidade.

Enquanto o Neoliberalismo defende e expande o "empreendedorismo de si", a autonomia/emancipação que propõe a educação humanizadora postula a consciência dos elos sociais. Como aponta Laval (2019, p.260), aprender deveria ser sinônimo de transformação (de si e da sociedade não apenas se empenhar em ganhar medalhas ou atingir rankings. O conhecimento possui um valor muito maior do que uma nota ou posição.

Uma proposição educativa inclinada à qualidade de vida sustenta-se nos seguintes pilares:

- A educação não é encarada como mercadoria: o saber deve ser voltado para expandir os horizontes do estudante, proporcionando que este interprete o meio no qual está incluso;
- O direito ao tempo ocioso: contrariamente ao modo como o neoliberalismo entende o tempo livre e o chama de improdutivo, uma educação digna valoriza momentos de descanso e não culpabiliza o sujeito por isso;
- A Escrita que transforma a realidade: o sujeito deve ter compreensão sobre o gênero textual sob a ótica de transformação social e não de reprodução a fim de ganhar prêmios como sugerem as Olimpíadas.

Diante do exposto, impulsionar a autonomia significa garantir um espaço educacional onde todos os sujeitos possam ser “ganhadores”, onde um não tenha que perder para que o outro ganhe. Como condensa Freitas (2018) a educação deve ser o ambiente da solidariedade, onde se mede a qualidade pelo aprofundamento das relações e pela liberdade de pensamento, e não pela padronização das relações e ideias consolidadas pelo neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Thereza Maria de Freitas *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, jan./mar. 2016.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BOBBIO, Norberto; **MATTEUCCI**, Nicola; **PASQUINO**, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 2 v.

BRASIL. [Código Civil - Fundações]. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. (Artigos 62 a 69 - Das Fundações). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2026.

BRASIL. [Lei das OS]. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção de órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. [Lei das OSCIP]. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. [MROSC]. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Mare, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília,

2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Curricular do Tocantins (DCT).** Palmas: SEDUC/TO, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania:** a reforma administrativa do Brasil na década de 1990. São Paulo: Editora 34, 1998.

CASIMIRO, Flávio. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COSTA, Alexandre Bernardino. Os fundamentos do liberalismo clássico: a relação entre estado, direito e democracia. **Revista Aurora**, Marília, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1710>. Acesso em: 29 maio 2026.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista:** é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. São Paulo: Intrínseca, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 232 p.

GENTILI, Pablo. **Educação e neoliberalismo:** a precarização do trabalho pedagógico. São Paulo, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via:** a renovação da social-democracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Gestão gerencialista, BNCC e a precarização do trabalho docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 31, p. 245-261, jan./maio 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MARQUES, Victor; **GONSALVES,** Rodrigo. Posfácio à edição brasileira. *In:* FISHER, Mark. **Realismo Capitalista:** é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. Consenso de Washington. *In:* **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-consenso-de-washington>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MERQUIOR, José Guilherme. **Liberalismo:** antigo e moderno. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2014. 272 p. (Biblioteca José Guilherme Merquior).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NUNES, João Paulo. A subjetividade mercantil e o cotidiano escolar: novos desafios à gestão democrática. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, 2023.

OLIMPIÁDA DE LÍNGUA PORTUGUESA. Caderno do professor: poetas da escola. São Paulo: Fundação Itaú Social: Cenpec, 2010. p. 26. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/caderno-de-poemas/31940510#27>. Acesso em: 9 jun. 2026.

OLIMPIÁDA DE LÍNGUA PORTUGUESA. Manual de Orientações: 9ª Edição. São Paulo: Itaú Social / Programa Escrevendo o Futuro, 2026.

PERONI, Vera Maria Vidal; **OLIVEIRA**, Regina Tereza Cestari de; **FERNANDES**, Maria Dilnéia Espindola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 133-152, jan./mar. 2016.

SADER, Emir. **Novo analfabetismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCHLATTER, Margarete; **GARCEZ**, Pedro de Moraes. **A produção textual do relato de prática**. São Paulo: Itaú Social: Cenpec, 2024. (Coleção da Olimpíada de Língua Portuguesa). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zdhlhQu2xIWbeJ1qdsxz31PSJpCCoobu/view>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SIQUEIRA, L. S.; **NOGUEIRA**, R. P. Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/6pbKwvgDChJrJgdB98yFkny/>. Acesso em: 29 mai. 2026.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Maria Lúcia SS Velloso. 4. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Ana Paula de. **O público e o privado na educação**: a incidência do setor privado na rede municipal de ensino de Goiânia. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (ed.). **Latin American Adjustment**: how much has happened? Washington: Institute for International Economics, 1990.